

**DOSSIÊ TEMÁTICO**

Políticas de Formação Docente e seus Desafios na América Latina

DOI: 10.22481/praxis.v14i28.3429

**APRESENTAÇÃO DO DOSSIÊ TEMÁTICO**

PRESENTATION OF THE THEMATIC DOSSIER

PRESENTACIÓN DEL DOSSIER TEMÁTICO

*Dalila Andrade Oliveira*

Universidade Federal de Minas Gerais – Brasil

A proposição deste dossiê surgiu da aproximação entre os editores da Revista Práxis Educativa e a Rede Latino-americana de Estudos sobre Trabalho Docente (Rede Estrado). Nos seus mais de 18 anos, a Rede Estrado tem estimulado e propiciado o intercâmbio entre pesquisadores de diferentes países da América Latina, promovendo seminários, pesquisas e publicações conjuntas. Dentre os temas que compõem o repertório de nossa agenda está justamente o debate atual sobre as políticas de formação docente na região latino-americana. As políticas de formação docente é um tema amplo de grande interesse da comunidade educacional, mobiliza um grande contingente quer na condição de pesquisadores, de professores e de estudantes. Entretanto, por mais que saibamos que as políticas que envolvem a formação docente tenham tido certa semelhança nas orientações recebidas pelos governos de países da América Latina nas últimas décadas, sobretudo, pelo forte papel que têm os organismos internacionais nesse direcionamento, guardam especificidades entre as realidades nacionais. Essas especificidades estão relacionadas ao modo de interpretação e implementação das políticas, mas também com as formas históricas que cada país comporta.

A formação docente tem sido assim um importante tema de estudos e pesquisas comparadas entre diferentes realidades nacionais na região latino-americana. Nos últimos anos, um grande número de países tem sofrido mudanças significativas nas políticas educativas que decorrem da ampliação de seus sistemas educacionais, a partir da expansão da oferta de educação em todos os níveis e que são em grande medida orientadas pela necessidade de responder a maior diversificação da demanda. Essas mudanças impactam

diretamente a formação docente. Essas mudanças mais recentes tornaram mais visíveis alguns problemas que acompanham a formação docente em muitos países da região, mas também trouxeram novos desafios que precisam ser enfrentados. Problemas como a fragmentação da oferta, a concentração institucional, a diferenciação entre a oferta pública e privada no que se refere aos patamares de qualidade dos cursos oferecidos, em especial a expansão das matrículas em instituições particulares nas últimas décadas, a franca expansão da modalidade à distância, os embates entre a formação universitária e a de nível médio ou superior não universitária, o distanciamento entre a teoria e a prática, a falta de acompanhamento do professor iniciante, dentre tantos outros, persistem mas trazem consigo novas demandas exigentes de novas interpretações. Claro que de acordo a cada realidade nacional esses problemas tomam contorno muito particulares e, por isso mesmo, a comparação entre experiências distintas pode contribuir na construção de propostas alternativas.

Nesse sentido, o presente dossiê se propõe a contribuir para a compreensão das atuais políticas de formação docente no contexto latino-americano, a partir da contribuição de diferentes autores que, por meio de resultados de pesquisa em distintos países (Argentina, Brasil, Colômbia e Paraguai), discutem temas relevantes das políticas de formação docente associados a uma nova agenda educativa na região.

Este dossiê é publicado em um momento bastante interessante particularmente para o Brasil, já que significativas mudanças normativas nos últimos anos trouxeram novidades para o campo da formação docente. Notadamente, o Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado pela Lei nº 13.005/2014, com as diretrizes e metas estabelecidas para o decênio 2014-2024, dedicando explicitamente duas de suas vinte metas à formação de professores, e ainda as Diretrizes Curriculares Nacionais da Licenciatura, Resolução nº 02 de 2015 do Conselho Nacional de Educação, além da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) recentemente aprovada.

Por outro lado, na atualidade, trava-se intenso debate em relação à nova Política de Formação de Professores, apresentada pelo MEC em outubro de 2017, de maneira unilateral, desconsiderando os fóruns e entidades da sociedade civil que tradicionalmente se foram importantes interlocutores dessas políticas. É uma proposta de reformulação da Política Nacional de Formação de Professores, que abrange ainda a criação de uma Base Nacional Docente e a flexibilização das regras do Programa Universidade para Todos (PROUNI), estabelece ainda a residência pedagógica, numa clara tentativa de submeter os currículos de formação inicial de professores (cursos de Licenciatura) à nova BNCC que tanta resistência

tem sofrido junto à comunidade acadêmica. Essas são tensões e desafios que se colocam no contexto atual brasileiro, face às políticas contemporâneas de retração de investimentos em áreas sociais e as mudanças propostas no campo das políticas educacionais que afetam diretamente à formação docente.